

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.575.107 - RS (2019/0255345-4)

RELATOR : MINISTRO HERMAN BENJAMIN
AGRAVANTE : ENGARRAFADORA BRAMBILA LTDA
AGRAVANTE : BRAMBILA TRANSPORTES LTDA
AGRAVANTE : PEDRO BORGES BRAMBILA
AGRAVANTE : LEANDRO SCHWANCK BRAMBILA
AGRAVANTE : LISANDRO SCHWANCK BRAMBILA
AGRAVANTE : ZILDA SCHWANCK BRAMBILA
ADVOGADO : LEONARDO ROMERO DE LIMA E OUTRO(S) - RS049172
AGRAVADO : ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PROCURADORA : MARCIA REGINA LUSA CADORE E OUTRO(S) - RS029266

DECISÃO

Trata-se de Agravo contra inadmissão de Recurso Especial (art. 105, III, "a", da CF) interposto contra acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região assim ementado:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO FISCAL. RENOMEAÇÃO DE BENS A PENHORA. PRECATÓRIO. INOBSERVÂNCIA DA ORDEM PREVISTA NO ART. 11 DA LEF. AFRONTA AO PRINCÍPIO DA MENOR ONEROSIDADE. INOCORRÊNCIA.

- O Superior Tribunal de Justiça, ao apreciar o REsp 1337790/PR, julgado sob o rito dos recursos repetitivos, firmou o entendimento que é lícita a recusa do credor do bem nomeado quando o devedor, ao nomeá-lo, não observa a ordem legal descrita no art. 11, da LEF.

- A superação da ordem de bens elencada no art. 11 da LEF, porém, não é absoluta, incumbindo, contudo, ao devedor o ônus de demonstrar a necessidade de afastá-la, o que não ficou demonstrado nos autos, sobretudo porque há vários executados.

- É certo que a execução deve se dar da forma menos gravosa para o devedor, em atendimento ao princípio da menor onerosidade; mas a observância deste princípio, consagrado no art. 805 do CPC, só passa a ser possível quando presentes várias formas, com mesma efetividade, de se promover a execução, orientação consagrada no parágrafo único do referido dispositivo, e o que não restou demonstrado pelo devedor.

AGRAVO DE INSTRUMENTO DESPROVIDO, POR MAIORIA.

Os Embargos de Declaração foram rejeitados, nestes termos:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. EXECUÇÃO FISCAL. RENOMEAÇÃO DE BENS A PENHORA. PRECATÓRIO. ALEGAÇÃO DE DECISÃO GENÉRICA E DE OMISSÕES. INOCORRÊNCIA. ACÓRDÃO QUE CONSIDEROU AS PECULIARIDADES DO CASO CONCRETO. INSATISFAÇÃO COM O CONTEÚDO OU CONCLUSÃO DO JULGADO NÃO ENSEJA EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. PRETENSÃO DE REDISCUSSÃO. DESCABIMENTO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DESACOLHIDOS.

A parte recorrente alega, em seu Recurso Especial, violação dos arts. 4º, § 3º, e 11, VIII, da Lei 6.830/1980, dos arts. 805 e 835, § 1º, do CPC/2015.

Contrarrazões às fls. 803-812, e-STJ.

É o **relatório**.

Decido.

Os autos foram recebidos neste Gabinete em 25.9.2019.

A decisão de admissibilidade foi proferida nos seguintes termos:

Alegam que o acórdão recorrido negou vigência aos artigos 4º, § 3º, e 11, inciso VIII, da Lei de Execução Fiscal, 805 e 835, § 1º, do Código de Processo Civil, porquanto (I) é possível a penhora de precatório e (II) “os bens dos responsáveis ficarão sujeitos à execução somente se os do devedor original forem insuficientes à satisfação da dívida”. Apresentadas as contrarrazões, vêm os autos conclusos a esta Primeira Vice-Presidência para realização do juízo de admissibilidade. É o relatório.

(...)

2. Penhora de precatório. Recusa pela Fazenda Pública

(...)

A decisão, portanto, está de acordo com os aludidos precedentes proferidos pelo Superior Tribunal de Justiça no regime de recursos repetitivos.

3. Razões dissociadas

Consoante a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, “O recurso especial é deficiente quando as razões de pedir estão dissociadas dos fundamentos do acórdão impugnado, o que atrai a incidência da Súmula n. 284 do STF” (AgRg no AREsp 496.941/SC, Rel. Ministro Rogerio Schietti Cruz, Sexta Turma, julgado em 03/03/2016, DJe 11/03/2016).

No caso, os Recorrentes alegam que “os bens dos responsáveis ficarão sujeitos à execução somente se os do devedor original forem insuficientes à satisfação da dívida”, ao passo que o fundamento utilizado pela Câmara Julgadora para reconhecer a responsabilidade solidária entre os devedores foi o de que se trata de questão já decidida, encoberta pela preclusão, conforme se lê do seguinte excerto do acórdão que julgou os

Embargos de Declaração 70078805017:

(...)

Ante o exposto, (I) **NEGO SEGUIMENTO** ao recurso especial, tendo em vista o REsp 1.090.898/SP (TEMA 120) e o REsp 1.337.790/PR (TEMA 578) e (II) **NÃO ADMITO** o recurso quanto às demais questões. (fls. 818-824, e-STJ)

Com relação à constrição dos precatórios, o Recurso Especial teve o seguimento negado com base no art. 1.030, I, do CPC/2015, o que obsta o exame desse ponto pelo STJ, portanto passo à análise do ponto remanescente, suposta violação do art. 4º, § 3º, da Lei 6.830/1980.

O art. 4º, § 3º, da Lei 6.830/1980 assim dispõe:

Art. 4º - A execução fiscal poderá ser promovida contra:

(...)

§ 3º - Os responsáveis, inclusive as pessoas indicadas no § 1º deste artigo, poderão nomear bens livres e desembaraçados do devedor, tantos quantos bastem para pagar a dívida. Os bens dos responsáveis ficarão, porém, sujeitos à execução, se os do devedor forem insuficientes à satisfação da dívida.

O acórdão dos aclaratórios consignou:

Por outro lado, em relação à alegação de que o acórdão não explicou quem são os terceiros devedores, rememoro que na execução fiscal, em que pese tenha constado, originariamente, no polo passivo apenas **ENGARRAFADORA BRAMBILA LTDA.**, posteriormente foram incluídas a sociedade **BRAMBILA TRANSPORTES LTDA.**, bem como as pessoas físicas **PEDRO BORGES BRAMBILA**, **ZILDA SCHWANCK BRAMBILA**, **LEANDRO SCHWANCK BRAMBILA** E **LISANDRO SCHWANCK BRAMBILA**, em razão do reconhecimento de verdadeiro grupo econômico entre eles, a justificar a imputação de responsabilidade solidária pelos débitos, nos seguintes termos:

“Há elementos suficientes nos autos demonstrando a formação de um grupo econômico familiar. Embora o Código Tributário Nacional não traga nenhuma especificidade quanto aos grupos econômicos, ao menos é expresso, no art. 124, I, que a responsabilidade tributária é solidária a todos aqueles que tenham interesse comum no fato gerador da obrigação principal.

O art. 33 da Lei nº 12.529 estabelece solidariedade das empresas pertencentes a um grupo

econômico, de fato ou de direito, quando ao menos uma delas praticar infração à ordem econômica.

As empresas Engarrafadora Brambila Ltda e Brambila Transportes Ltda possuem em seu quadro societário, unicamente, integrantes da mesma família (Brambila). São eles: Pedro Borges Brambila, Zilda Schwanck Brambila, Luciana Brambila Girondi, Lisandro Schwanck Brambila e Leandro Shwanck Brambila.

A pessoa jurídica ENGARRAFADORA BRAMBILA LTDA tem como sócios Pedro Borges Brambila e Zilda Schwanck Brambila, sendo que foram sócios da empresa, até 1996, Luciana Brambila Girondi, e até 1998, Leandro Schwanck Brambila e Lisandro Schwanck Brambila (fls. 428-429); a BRAMBILA TRANSPORTES LTDA, atualmente, tem como sócio Lisandro Schwanck Brambila, sendo que foram sócios da empresa, até 1998, Pedro Borges Brambila, e até 2012, Leandro Schwanck Brambila (fls. 426-427).

Além disso, há ainda nos autos a informação de que as duas empresas demandadas utilizavam (e ainda aparentam utilizar) dos mesmos endereços de e-mail nas notas fiscais das quais eram destinatárias (fl. 406), sendo o principal deles kikana@brturbo.com.br Elt ; mailto:kikana@brturbo.com.br>.

Possuem o mesmo endereço na JUERGS, Avenida Osvaldo Cruz, 1229, São José, Santa Maria e RS (fls. 426 e 428), ainda, ambas empresas se utilizam do mesmo telefone e endereço de IP da máquina que emite o documento fiscal, conforme fl. 407.

Desse panorama, é cristalina a formação de um grupo econômico, existindo uma confusão patrimonial entre as empresas da família Brambila, bem como das pessoas físicas integrantes do quadro societário delas. Há fortes elementos que indicam ausência de independência de gestão entre as empresas, inclusive porque a própria contabilidade das empresas parece ser feito de forma centralizada, fls. 405-406.

A família Brambila possui débitos tributários desde 2009 (fl. 417), que não foram saldados, aumentaram e tendem a continuar aumentando.

AGRAVO DE INSTRUMENTO. DIREITO
TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL.
DESCONSIDERAÇÃO DA
PERSONALIDADE JURÍDICA.
CONFUSÃO PATRIMONIAL.
EMPRESAS DO MESMO GRUPO

FAMILIAR. GRUPO ECONÔMICO CONFIGURADO. A teoria da desconsideração da personalidade jurídica, incorporada ao nosso ordenamento jurídico, tem por escopo alcançar o patrimônio dos sócios e representantes legais que se utilizam da autonomia patrimonial da pessoa jurídica para fins ilícitos, abusivos ou fraudulentos, nos termos do que dispõe o artigo 50, do CC, exigindo, para tanto, a comprovação do desvio de finalidade ou de confusão patrimonial. Caso em que o acervo probatório constante do feito executivo afigura-se suficiente ao reconhecimento da existência de grupo familiar envolvendo a empresa executada, devedora originária, e a empresa posteriormente constituída, restando evidente a divisão entre a circulação de bens e dinheiro, a cargo da nova empresa, ao passo que a concentração de todo o passivo tributário restou à empresa executada. Precedentes do TJRS. - REDIRECIONAMENTO COM BASE NO ART. 135, III, DO CTN. POSSIBILIDADE. PRECEDENTES DO TJRS. O redirecionamento não opera substituição no polo passivo da execução fiscal, mas sim a inclusão dos sócios da empresa devedora, configurando verdadeira hipótese de responsabilidade tributária solidária posterior prevista legalmente no inciso III do art. 135 do CTN. Precedentes do STJ. AGRAVO DE INSTRUMENTO DESPROVIDO. (AI Nº 70072053549, Vigésima Segunda Câmara Cível, TJRS, Relator: Marilene Bonzanini, em 23/02/2017).

Portando, defiro o pedido de inclusão no polo passivo da empresa Brambila Transportes LTDA, Pedro Borges Brambila, Zilda Schwanck Brambila, Leandro Schwanck Brambila, pois na época da constituição da dívida ainda fazia parte do quadro societário - e Lisandro Schwanck Brambila.”

Assim, por força da referida decisão, BRAMBILA TRANSPORTES LTDA., bem como as pessoas físicas PEDRO BORGES BRAMBILA, ZILDA SCHWANCK BRAMBILA, LEANDRO SCHWANCK BRAMBILA E LISANDRO SCHWANCK BRAMBILA, tornaram-se devedoras solidárias da devedora originária

ENGARRAFADORA BRAMBILA LTDA..

Decisão judicial que foi mantida por esta Corte, ao apreciar o AI 70074973538, j. em 23OUT2017, de modo que descabe a alegação dos embargantes de que a decisão embargada contrasta com o disposto no 4º, §3º, da LEF, porquanto a matéria está preclusa. (fls. 742-744, e-STJ)

Os recorrentes justificam a suposta violação do mencionado artigo,

in verbis:

II.1.2 Da violação ao art. 4º, § 3º da Lei 6.830/80

A violação do acórdão recorrido ao art. 4º, § 3º da Lei 6.830/80 é evidente, pois havendo bens plenamente penhoráveis da devedora original, desnecessária é a busca por bens de outrem, conforme expressamente previsto no mencionado dispositivo:

(...)

Ora, lembrem-se que somente é permitida a busca por bens de terceiros se o devedor original estiver insolvente, o que não aconteceu neste caso, em que a primeira Recorrente tem créditos de precatórios que garantem integralmente o débito. Com efeito, se fosse reconhecida a claríssima situação de solvência da devedora principal, com a constrição sobre os precatórios – que por natureza são plenamente penhoráveis - seria desnecessário o redirecionamento e busca por novos bens.

Ademais, o fato de haver decisão judicial reconhecendo grupo econômico entre os Recorrentes, como afirmado na decisão dos embargos de declaração – ora recorrida - não afasta a aplicação do art. 4º, § 3º da Lei 6.830/80, porquanto o dito grupo econômico não retirou a condição de responsáveis das pessoas físicas executadas, o que as mantém enquadradas no mencionado § 3º.

Assim, no caso dos autos, os bens dos responsáveis ficarão sujeitos à execução somente se os do devedor original forem insuficientes à satisfação da dívida.

Dessa forma, merece reforma o acórdão recorrido também por violação ao dispositivo de lei federal indicado neste capítulo, de forma a realizar-se a devida penhora sobre os únicos bens existentes: os precatórios, evitando-se o gravame sobre patrimônio de terceiros. (fls. 776-777, e-STJ)

Fica claro, portanto, que é deficiente a fundamentação recursal, fazendo incidir, por analogia, o enunciado da Súmula 284/STF: "É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia."

Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. RAZÕES DE RECURSO DISSOCIADAS DOS FUNDAMENTOS SUFICIENTES CONTIDOS NA DECISÃO AGRAVADA. SÚMULA 182/STJ. SÚMULA 284/STF. APLICAÇÃO POR ANALOGIA. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA INTERPOSTOS CONTRA DECISÃO MONOCRÁTICA. DESCABIMENTO. AGRAVO INTERNO A QUE SE NEGA PROVIMENTO. APLICAÇÃO DA MULTA DO ART. 1.021, §4º DO CPC/2015.

1. Não pode ser admitido o agravo interno que não ataca especificamente os fundamentos da decisão agravada, pois fere o disposto na Súmula 182 do STJ ("É inviável o agravo do art. 545 do CPC que deixa de atacar especificamente os fundamentos da decisão agravada.").

2. Tal atitude fere também a Súmula 284 do STF ("É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia."). Nesse sentido: "Aplica-se, por analogia, a Súmula 284/STF quando os fundamentos do agravo interno se mostram dissociados dos alicerces esposados na decisão agravada" (AgInt na Rcl 31.573/DF, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 14/09/2016, DJe 21/09/2016).

3. No caso, a decisão agravada não conheceu dos embargos de divergência por terem sido interpostos contra decisão monocrática, em afronta ao art. 1043 do CPC/2015. Contra a referida decisão, os ora agravantes opuseram embargos declaratórios alegando omissão e contradição, uma vez que a decisão impugnada via embargos de divergência seria uma decisão colegiada. No agravo interno interposto em seguida, os agravantes findam por modificar suas alegações, passando a argumentar que o fato de a decisão ser monocrática é irrelevante, pois, em face do princípio de instrumentalidade das formas, prestigiado no art. 188 do novo CPC, dever-se-ia aceitar o cabimento de embargos de divergência contra decisão monocrática.

4. Trata-se de caso típico de apresentação de recurso com razões totalmente dissociadas da decisão contra a qual se insurge, razão pela qual não poderia sequer ser conhecido este agravo interno.

5. De toda forma, mesmo que ultrapassada tal barreira, a alegação da parte agravante não merece acolhida, pois não são cabíveis embargos de divergência contra decisões monocráticas. A parte irredutível deveria interpor agravo interno e, apenas após eventual julgamento desfavorável do órgão fracionário, poderia, sendo o caso, interpor os embargos de divergência. Isso porque os embargos de divergência se prestam ao confronto de teses jurídicas contidas em julgamentos fracionários, a fim de uniformizar a jurisprudência interna do STF ou do STJ. Não há sentido em utilizar-se esse instrumento recursal contra decisões monocráticas, pois estas podem ser reformadas pelos respectivos órgãos colegiados que o julgador compõe.

6. Agravo interno a que se nega provimento, em virtude da sua manifesta improcedência, condenando-se a agravante a pagar à agravada multa fixada em cinco por cento do valor atualizado da causa, com espeque no art. 1.021, §4º do CPC/2015. (AgInt nos EDcl nos EAREsp 1.245.707/PE, Rel. Min. Og Fernandes, Corte Especial, DJe 1.2.2019)

PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 3/STJ. LICITAÇÃO. CREDENCIAMENTO. SERVIÇOS ADVOCATÍCIOS. VIOLAÇÃO DO ARTIGO 1.022 DO CPC/2015. AUSÊNCIA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NÃO CONFIGURADA. JULGAMENTO CONTRÁRIO AOS INTERESSES DA PARTE. PREVISÃO EDITALÍCIA. VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO. SUPOSTA VIOLAÇÃO A DISPOSITIVOS DA LEI Nº 8.666/1993 E DO CÓDIGO CIVIL. RAZÕES RECURSAIS INAPTAS DE INFIRMAR OS FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO. SÚMULAS 284 E 283/STF. REEXAME DE FATOS E PROVAS E INTERPRETAÇÃO DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS. SÚMULAS 5 E 7 DO STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. EXAME PREJUDICADO. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. Inicialmente é necessário consignar que o presente recurso atrai a incidência do Enunciado Administrativo n. 3/STJ: "Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC".

2. O mero julgamento da causa em sentido contrário aos interesses e à pretensão das partes não caracteriza a ausência de prestação jurisdicional, tampouco viola o art. 1.022 do CPC/2015. Jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.

3. Não se conhece do recurso especial por deficiência na sua fundamentação, estando as razões do recurso genéricas e dissociadas do que decidido no acórdão recorrido, bem como quando não impugnam fundamento autônomo, suficiente por si só à manutenção do julgado (Súmulas 284 e 283/STF).

4. O recurso especial não é, em razão das Súmulas 05 e 07/STJ, via processual adequada para questionar julgado que se afirmou explicitamente em contexto fático-probatório próprio da causa, tampouco de interpretação de cláusulas contratuais.

5. "Resta prejudicada a análise da divergência jurisprudencial se a tese sustentada esbarra em óbice sumular quando do exame do recurso especial pela alínea 'a' do permissivo constitucional" (EDcl nos EDcl no REsp 1.065.691/SP, Rel. Ministro Sérgio Kukina, Primeira Turma, DJe 18/6/2015).

6. Agravo interno não provido. (AgInt no AREsp 1.343.289 /

AP, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 14.12.2018)

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. ART. 1.022 DO CPC/2015. VIOLAÇÃO INEXISTÊNCIA. DOCUMENTO ELETRÔNICO. VALOR PROBANTE. RAZÕES DISSOCIADAS DO ARESTO RECORRIDO. SÚMULA 284 DO STF. APLICAÇÃO. INIDONEIDADE DOS DOCUMENTOS APRESENTADOS. SÚMULA 7 DO STJ. INCIDÊNCIA. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA.

1. O Plenário do STJ decidiu que "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC" (Enunciado Administrativo n. 3).

2. Não há vulneração do art. 1.022 do CPC/2015, quando a controvérsia deduzida na origem é dirimida de modo claro e fundamentado, pois não se pode confundir julgamento desfavorável ao interesse da parte com negativa ou ausência de prestação jurisdicional. Precedentes.

3. Verificada que a pretensão recursal está dissociada dos argumentos do aresto recorrido, deve a fundamentação ser considerada deficiente, a teor da Súmula 284 do STF.

4. Hipótese em que a Corte estadual concluiu que os documentos acostados não seriam idôneos a comprovar a quitação do débito, pois não ficou evidenciado que os pagamentos se referiam ao débito exequendo e foram juntadas apenas faturas desacompanhadas do efetivo pagamento.

5. A alteração das conclusões adotadas pela Corte de origem demandaria, necessariamente, a incursão no acervo fático-probatório constante dos autos, providência inviável em sede de recurso especial nos termos da Súmula 7 do STJ.

6. A matéria tratada no art. 525 do CPC/2015 não foi alvo de debate na instância ordinária, pois a questão relativa à extinção da obrigação ficou prejudicada ante a ausência de comprovação da quitação do débito.

7. Agravo interno desprovido. (AgInt no AREsp 1.311.006/SP, Rel. Min. Gurgel de Faria, Primeira Turma, DJe 5.2.2019)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. DECISÃO DE ADMISSIBILIDADE DO APELO NOBRE. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. FUNDAMENTOS IMPUGNADOS. AÇÃO REVISIONAL. PREVIDÊNCIA PRIVADA. PENSÃO POR MORTE. EXAME DE MATÉRIA CONSTITUCIONAL. IMPOSSIBILIDADE. BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. RATEIO IGUALITÁRIO. REVISÃO. IN CASU, IMPOSSIBILIDADE. NECESSIDADE DE REINTERPRETAÇÃO DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS E REEXAME FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULAS 5 E 7/STJ. VIOLAÇÃO AOS

ARTIGOS 1º DA LEI COMPLEMENTAR 108/2001 E 77 DA LEI 8.213/91. FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO RECORRIDO NÃO IMPUGNADOS. RAZÕES RECURSAIS DISSOCIADAS DOS FUNDAMENTOS DO JULGADO ATACADO. APLICAÇÃO DAS SÚMULAS 283 E 284 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. AGRAVO INTERNO PROVIDO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL CONHECIDO. RECURSO ESPECIAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. Em face da impugnação dos fundamentos da decisão que negou seguimento ao recurso especial, o agravo interno merece provimento.

2. Não cabe ao Superior Tribunal de Justiça a análise de suposta violação de dispositivos constitucionais, porquanto o julgamento de matéria de índole constitucional é de competência exclusiva do Supremo Tribunal Federal, consoante dispõe o art. 102, III, da Constituição Federal.

3. A reforma do acórdão recorrido, a fim de se concluir pela possibilidade, na hipótese, do rateio igualitário do benefício de previdência complementar privada de pensão por morte, entre a ex-esposa e a companheira do participante instituidor falecido, como pretende a agravante, demanda a reinterpretação de cláusulas contratuais e a rediscussão de matéria fática, prática vedada, na espécie, pelos óbices das Súmulas 5 e 7 do Superior Tribunal de Justiça.

4. A ausência de impugnação dos fundamentos do acórdão recorrido enseja o não conhecimento do recurso, incidindo a Súmula 283 do Supremo Tribunal Federal.

5. É inadmissível o inconformismo por deficiência na sua fundamentação quando as razões do recurso estão dissociadas do decidido no acórdão recorrido. Aplicação da Súmula 284 do Supremo Tribunal Federal.

6. Agravo interno provido. Agravo em recurso especial conhecido, para negar provimento ao recurso especial. (AgInt no AREsp 1.340.592/RJ, Rel. Min. Raul Araújo, Quarta Turma, DJe 7.12.2018)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. PREVIDÊNCIA PRIVADA. FINANCIAMENTO DE IMÓVEL. 1. ALEGAÇÃO DE REFORMATIO IN PEJUS PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. INOVAÇÃO RECURSAL. PRECLUSÃO CONSUMATIVA. 2. OFENSA AO ART. 1.022 DO CPC/2015. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 284/STF. 3. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO. ART. 489 DO CPC/2015. NÃO CARACTERIZADA. 4. ÍNDICE CORRETO PARA APLICAÇÃO DO SALDO DEVEDOR. RAZÕES RECURSAIS DISSOCIADAS DOS FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO RECORRIDO. SÚMULA 284/STF. 5. JUROS DE MORA. DATA DA CITAÇÃO. SÚMULA 83/STJ. 6. AGRAVO IMPROVIDO.

1. Constatado que a agravante se utiliza do presente recurso

para inaugurar o debate de questão não arguida por ocasião da interposição do recurso especial, é caso de incidência do instituto da preclusão consumativa, ante a evidente inovação recursal.

2. A suscitada violação do art. 1.022 do Código de Processo Civil de 2015 foi deduzida de modo dissociado do que foi decidido pela Corte de origem, o que justifica a aplicação da Súmula 284 do STF.

3. Conforme entendimento desta Corte, "se os fundamentos do acórdão recorrido não se mostram suficientes ou corretos na opinião do recorrente, não quer dizer que eles não existam. Não se pode confundir ausência de motivação com fundamentação contrária aos interesses da parte, como ocorreu na espécie. Violação do art. 489, § 1º, do CPC/2015 não configurada" (AgInt no REsp 1.584.831/CE, Rel. Ministro Humberto Martins, Segunda Turma, julgado em 14/6/2016, DJe 21/6/2016).

4. No que se refere ao índice correto para aplicação do saldo devedor, entendo ser cabível a incidência da Súmula 284/STF. Isso porque é inadmissível o inconformismo por deficiência na sua fundamentação quando as razões do recurso tiverem dissociadas do que foi decidido no acórdão recorrido.

5. Com efeito, o entendimento jurisprudencial desta Corte firmou-se no sentido de que, nos casos de devolução de valores decorrentes de resolução de compromisso de compra e venda por iniciativa do promitente comprador, estes devem incidir a partir do trânsito em julgado da decisão.

5.1. Contudo, não é o caso dos autos, haja vista que a Corte estadual, ao fixar o termo inicial a partir da citação, esclareceu que "não houve no caso em tela desfazimento do negócio por inadimplemento ou mera resilição por iniciativa do comprador, impondo-se para este caso os juros de mora a partir da sentença, conforme sentença do magistrado *a quo*."

5.2. Desse modo, não há como acolher a irresignação recursal, tendo em vista que o acórdão solucionou a questão de acordo com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, no sentido de que os juros moratórios fluem, nos casos de responsabilidade contratual, a partir da citação, e não da data do arbitramento da indenização.

6. Agravo interno a que se nega provimento. (AgInt no AREsp 1.288.143/DF, Rel. Min. Marco Aurélio Bellizze, Terceira Turma, DJe 21.9.2018)

Ante o exposto, **conheço do Agravo para não conhecer do Recurso Especial.**

Publique-se.

Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 27 de novembro de 2019.

MINISTRO HERMAN BENJAMIN
Relator